

Intervenção António Lima | Declaração Política

O final desta legislatura é marcado por uma pandemia global que lançou incerteza, medo e sofrimento por todo o mundo.

Esta crise sanitária, criou também uma crise económica e social, também ela global, à qual os Açores não ficaram imunes.

O dia de amanhã é uma incógnita no que respeita às questões ligadas à saúde, mas também quanto à economia e às consequências sociais da crise económica.

Hoje, exige-se do poder político uma resposta musculada, célere, e de uma robustez sem precedentes. Não pode haver hesitações.

Mas ao mesmo tempo exige-se um discurso claro e práticas consequentes com o discurso que transportem para a população segurança e confiança.

Segurança e confiança são fatores chave para um processo de desconfinamento bem-sucedido.

Nesta situação de pandemia, como a que vivemos, exigiram-se medidas drásticas de confinamento, mas todos sabemos que elas não se podem eternizar.

Os desafios que se colocam no período de levantamento progressivo das medidas de confinamento são de gestão muito mais difícil que no período anterior.

Mais difícil do que confinar é desconfinar.

No caso concreto da saúde, o governo implementou medidas acertadas, como sejam os testes gratuitos no continente com uma abrangência territorial alargada, medida inovadora e de grande alcance, sem paralelo no país.

Mas não se compreende de modo algum a enorme demora que existe na respostas aos testes à Covid-19 feitos aos passageiros que entram na região e que aqui fazem teste.



I Grupo Parlamentar I



Não se compreende ainda que, apesar das promessas, não se realizem testes na Horta, ou no mínimo um forte reforço da capacidade e celeridade de resposta nos laboratórios existentes.

Esta situação teria de ter sido devidamente calculada e precavida no plano de desconfinamento aplicado pelo governo regional.

Implementou-se uma ideia sem que se tenham criado condições mínimas para que ela seja bem sucedida.

É positiva, obviamente, a existência uma consciência pública fora dos Açores de que a região é um local seguro. Nota-se o esforço realizado na promoção da região e ele é importante.

Contudo, as constantes notícias de atrasos no resultado dos testes, a ultrapassagem de prazos apontados pelo próprio governo, minam a confiança tão necessária nesta fase.

E não me refiro particularmente aos turistas, mas à população residente, que perante tal avalanche de notícias, aumenta a sua ansiedade e preocupação. Fatores que derivam de toda esta incerteza. Mais uma vez, a segurança e a confiança sofrem.

Consideramos ainda que é inexplicável, que tendo o governo se comprometido com a apresentação de um plano de recuperação das listas de espera de cirurgias e consultas provocadas pela pandemia, não apresente os números desses cancelamentos e muito menos apresente o plano concreto para superar o muito que ficou por fazer.

Nessa mesma linha, e como ontem se confirmou no debate do orçamento suplementar, o Governo Regional não apresenta dados em pormenor no que diz respeito ao investimento no setor.

Diz o governo que contratou mais 197 profissionais de saúde.

Mas quais as categorias profissionais desses profissionais? Essa é informação confidencial?



I Grupo Parlamentar I



O reforço de verba para a saúde será para que áreas? Ou ele é simplesmente para pagar dívidas passadas do SRS, como foi avançado como hipótese no debate?

Nada disto tem respostas concretas e esta prática de esconder o jogo não gera a confiança que a situação impõe.

Na educação as respostas que obtivemos sobre o próximo ano letivo não passam de generalidades. Nem a uma pergunta crucial e tão simples como seja a existência, ou não, de desdobramento de turmas o governo é capaz de responder.

Como podem pais, professores e alunos confiar no Governo desta forma?

Sobre os trabalhadores da saúde e a resposta às suas mais que legítimas reivindicações, nomeadamente enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, a única resposta que se consegue obter é que a 31 de Agosto o governo irá impor a sua vontade contra tudo e contra todos.

Temos de perguntar porque razão o critério que o governo utilizou, e bem, para a contagem de tempo de serviço dos professores, não se aplica aos enfermeiros?

Não bastam palmadinhas nas costas e votos de louvor a quem tudo tem dado pela saúde pública. Nem mesmo um prémio como o que foi aprovado ontem, e que o BE votou a favor, é compensação suficiente. É positivo, mas é efémero e não confere estabilidade e em pouco contribui para a melhoria das condições da carreira.

Como podem estes profissionais de saúde confiar no Governo?

A verdadeira homenagem e o verdadeiro prémio seria acabar com a injustiça a que estes profissionais têm sido alvo por parte do governo regional.

A confiança que é necessária sempre, mas que nesta fase é crucial também não se obtém sem posições claras no que respeita à situação dos trabalhadores das empresas apoiadas pelos apoios extraordinários criados no contexto da resposta à crise pandémica.

Propusemos a garantia de manutenção de todo o emprego e salário dos trabalhadores do setor privado das empresas apoiadas. Mas a resposta que obtivemos do governo



I Grupo Parlamentar I



foi uma explicação redonda que não garante nada e que até o governo tem dificuldade em explicar.

Estamos como sempre estivemos nesta crise do lado da luta contra esta pandemia e na procura de respostas à crise social com responsabilidade e sentido de serviço público para com os açorianos e açorianas.

Mas não podemos deixar de levantar a nossa voz quando a atuação do governo mostra pouca clareza nos objetivos e na sua concretização, minando a segurança e a confiança essenciais neste período de incerteza.

A falta de um plano de recuperação das consultas e cirurgias que ficaram por realizar devido à pandemia, a desorganização na gestão dos testes à Covid-19 para quem chega do exterior da Região, o não valorização das carreiras dos profissionais de saúde, a enorme incerteza sobre como será o próximo ano letivo nas escolas, a falta de garantias de manutenção do emprego e do salário, mesmo nas empresas que vão receber apoios públicos, demonstram desorientação por parte do Governo Regional e geram insegurança e falta de confiança nas pessoas.

Ninguém pode ficar para trás! Este tem que ser o lema das medidas de resposta à crise económica provocada pela pandemia. Mas, infelizmente, as políticas do Governo Regional apontam em sentido contrário.

Horta, 8 de julho de 2020